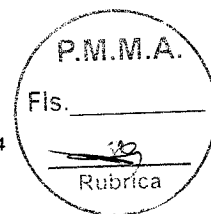


**MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE**

Av. Juvenal Lamartine, 33, Centro, Monte Alegre/RN CEP: 59182000 CNPJ: 08.365.900/0001-44

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil



**PARECER JURÍDICO**

**INEXIGIBILIDADE 68/2023**

*PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO "CURSO E-SOCIAL 2023, IMPLANTAÇÃO DA 4ª FASE - EVENTOS SST – DESTINADO AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 23 E 24 DE MARÇO DE 2023 DAS 8H AS 17H COM CARGA HORARIA DE 16H, NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN, NO HOTEL SABINO PALACE. SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 25, INCISO II COMBINADO COM ART. 13, INCISO VI DA LEI N.º 8.666/93. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.*

Trata o presente processo de contratação direta para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO "CURSO E-SOCIAL 2023, IMPLANTAÇÃO DA 4ª FASE - EVENTOS SST – DESTINADO AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 23 E 24 DE MARÇO DE 2023 DAS 8H AS 17H COM CARGA HORARIA DE 16H, NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN, NO HOTEL SABINO PALACE, mediante inexigibilidade de licitação.

Conforme ressaltado no Parecer da Comissão Permanente de Licitação, é de exclusividade da empresa CEPLAM – CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVOMUNICIPAL E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ: 27.073.834-83, a execução do objeto solicitado, impossibilitando qualquer competição em eventual procedimento licitatório.

A Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que na hipótese de inviabilidade de competição, será inexigível a licitação, conforme disposto no art. 25, Inciso II combinado com Art. 13, Inciso VI.

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...). (grifo nosso)**

***Inciso II - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;***

***Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:***

***Inciso VI - Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;***

A

No caso sob análise, verifica-se a premente necessidade de contratação dos serviços ora solicitado, sob pena de restarem prejudicados o bom e regular desempenho da Administração Municipal, com a conseqüente descontinuidade de alguns dos serviços públicos essenciais à coletividade.

Dessa forma, diante das prescrições art. 25, Inciso II combinado com Art. 13, Inciso VI. da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, opino pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa CEPLAM – CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVOMUNICIPAL E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ: 27.073.834-83, especializada no fornecimento de produção e promoção de eventos.

É o parecer.

Monte Alegre/RN, 14 de março de 2023.

  
**Andrea Furini Pessoa Camara**

**OAB 3673 RN**

**Assessora Jurídica**